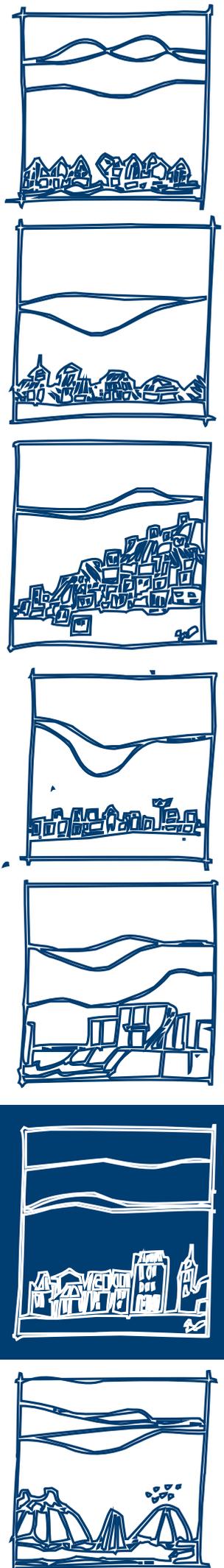


# PROJETO ORLA

Plano de Intervenção na  
Orla Marítima do Município de  
Beberibe - CE



**PLANO DE INTERVENÇÃO NA ORLA MARÍTIMA DE BEBERIBE-CEARÁ**

**Prefeito**

Orlando Facó

**Vice-Prefeito**

Melquíades Ribeiro Carneiro

**Equipe Técnica**

**Prefeitura Municipal de Beberibe-Ce**

Waldelanda Ramos de Sousa – Secretária do Turismo, Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Econômico

Núbia Aparecida Silva Lares – Coordenadora Técnica da Secretaria de Turismo, Meio  
Ambiente e Desenvolvimento Econômico

Maria Lúcia Ramalho Martins – Assessora Especial para Meio Ambiente

**Secretaria da Ouvidoria do Meio Ambiente**

Diana Odete Oura Nogueira

**Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE**

Francisca Sonia Sousa

Pedro Igor Bezerra de Moraes

**Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME**

Raimunda Neuma Segundo da Costa

**Gerencia Regional do Patrimônio da União -GRPU**

Carlos Roberto de Menezes Navares

**Sociedade Civil**

Raimundo Félix da Rocha - Federal dos Pescadores do Ceará

Francisco Souza de Miranda – Colônia Z11- Beberibe-Ce

**ANO 2004**

## **APRESENTAÇÃO**

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, é uma iniciativa inovadora do Ministério do Meio Ambiente - MMA, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, e busca contribuir, em escala nacional, para aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação da Orla Marítima.

O seu desenho institucional se orienta no sentido da descentralização de ações de planejamento e gestão deste espaço, da esfera federal para a do município, e articula Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU, administrações municipais e organizações não governamentais locais, e outras entidades e instituições relacionadas ao patrimônio histórico, artístico e cultural, a questões fundiárias, a atividades econômicas específicas - como portuárias ou relativas à exploração petrolífera, cuja atuação tenha rebatimento destacado neste espaço.

São objetivos estratégicos do Projeto Orla o fortalecimento da capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla; o desenvolvimento de mecanismos institucionais de mobilização social para sua gestão integrada; e o estímulo de atividades sócio-econômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla.

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, se integra a este esforço de articulação e cooperação institucional, contribuindo com o MMA para o repasse e aplicação prática da metodologia do Projeto, para a capacitação de gestores locais, e para o acompanhamento dos Planos de Intervenção elaborados em cada município por um grupo gestor local.

## **INTRODUÇÃO**

O Plano de Intervenção na orla marítima de Beberibe, ora apresentado, constitui importante instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável do município, através da definição de medidas estratégicas envolvendo os aspectos do ambiente natural e do urbano. Vem ao encontro dos objetivos do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO), do qual o município é integrante, através do fortalecimento das iniciativas voltadas ao disciplinamento dos usos e atividades que ocorrem nesse espaço.

O trabalho foi elaborado a partir das oficinas de capacitação de gestores municipais, conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, realizada no município de Beberibe de 02 a 06 de fevereiro e de 15 a 17 de março de 2004.

A construção dos procedimentos técnicos para a gestão da orla do município de Beberibe teve como base os documentos: Fundamentos para Gestão Integrada e Manual de Gestão, de autoria dos Ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento, através da Secretaria do patrimônio da União; além do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Beberibe, base cartográfica municipal, mapas temáticos e visitas de campo.

O Plano apresenta, inicialmente, a caracterização, o diagnóstico e a classificação da faixa da orla do município, seguidos pela proposição dos cenários tendenciais e os desejados para os diferentes trechos.

Em seguida, são apresentadas as medidas e ações propostas, a partir da identificação dos conflitos incidentes nos trechos priorizados, para equacionarem os problemas à eles relacionados.

Finalmente, definem-se as estratégias para a execução e legitimação do Plano, assim como as formas de acompanhamento, previsão para a implantação e revisão das ações e medidas propostas.

### **1. OBJETIVO GERAL**

O Plano de Intervenção da Orla de Beberibe tem por objetivo a articulação entre as três esferas de governo e a sociedade civil, com vistas a promover a gestão integrada e sustentável da orla marítima do município.

#### **1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

O presente Plano tem por objetivo específico delinear ações para o ordenamento e disciplinamento do uso e da ocupação da orla, estabelecer diretrizes para a requalificação do comércio e dos passeios turísticos na orla, bem como critérios para a regularização da ocupação e programas de conscientização e educação ambiental entre os pescadores

## **2. IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR**

Prefeitura Municipal de Beberibe-Ce, através da Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

### **CO-EXECUTORES:**

- Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Urbanismo
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca
- Colônia de Pescadores de Beberibe Z-11

### **PARCEIROS**

- Secretaria e Ouvidoria do Meio Ambiente – SOMA
- Superintendência Estadual do Meio Ambiente -SEMACE
- Gerência Regional do Patrimônio da União -GRPU
- Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME
- Instituto Brasileiro Meio Ambiente - IBAMA
- Federação dos Pescadores do Estado do Ceará
- Fórum de Proteção do Meio Ambiente do Trabalho

### 3. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O município de Beberibe está localizado no setor leste da zona costeira do estado do Ceará, distando 75 Km de Fortaleza.

Possui uma área de 1.626,9 km<sup>2</sup>, sendo delimitado ao norte com o oceano Atlântico; ao sul com o município de Morada Nova, Russas e Palhano; à leste com os municípios de Aracati e Fortim e à oeste com o município de Cascavel e Ocara (Figura 1).

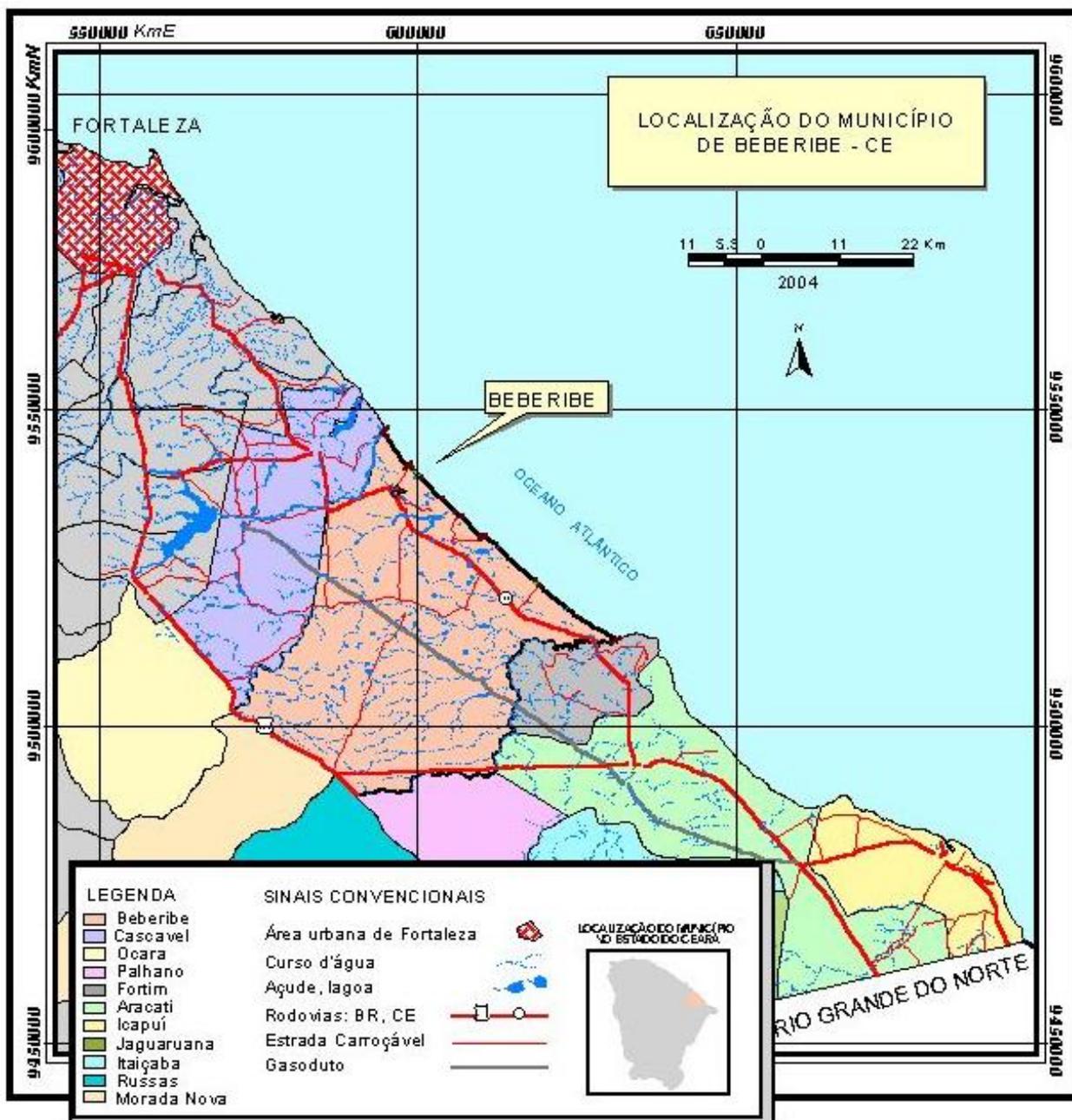


Figura 1 – Mapa de localização do município

A orla de Beberibe possui 54Km de extensão e foi dividida em 3 Unidades de Paisagem, definidas a partir de suas características físicas gerais, e subdividida em 12 trechos determinados pelo tipo de ocupação, cobertura vegetal ou pela presença de um elemento geográfico de destaque.

A área de intervenção, denominada como faixa da orla municipal, tem de superfície 39,59 hectares. Tem como limite relativo à parte marítima, a linha determinada pela profundidade( isóbata) de 10 metros. Na faixa terrestre, seus limites foram determinados pelas avenidas beira-mar ou pelas vias sobre as dunas que margeiam as praias.

Estas delimitações encontram-se assinaladas no mapa (Figura 2), apresentado a seguir.

A delimitação da faixa da orla nos trechos 2.1, 2.2 e 3.2 encontram-se detalhadas nas Figuras.7, 10 e 12.

Foram priorizados 3 trechos para a primeira fase de implantação do Plano, por considerar-se que os mesmos demandam ações expressivas, tanto de caracter corretivo como preventivo, que servirão como exemplo para o desdobramento do Projeto nos demais trechos da orla. . Os trechos selecionados são os seguintes:

- Trecho 2.1 - Morro Branco -17,60 Ha ;
- Trecho 2.2- Labirinto/Praia das Fontes -10,45 Ha ;
- Trecho 3.2- Prainha do Canto Verde - 11,54 Ha .

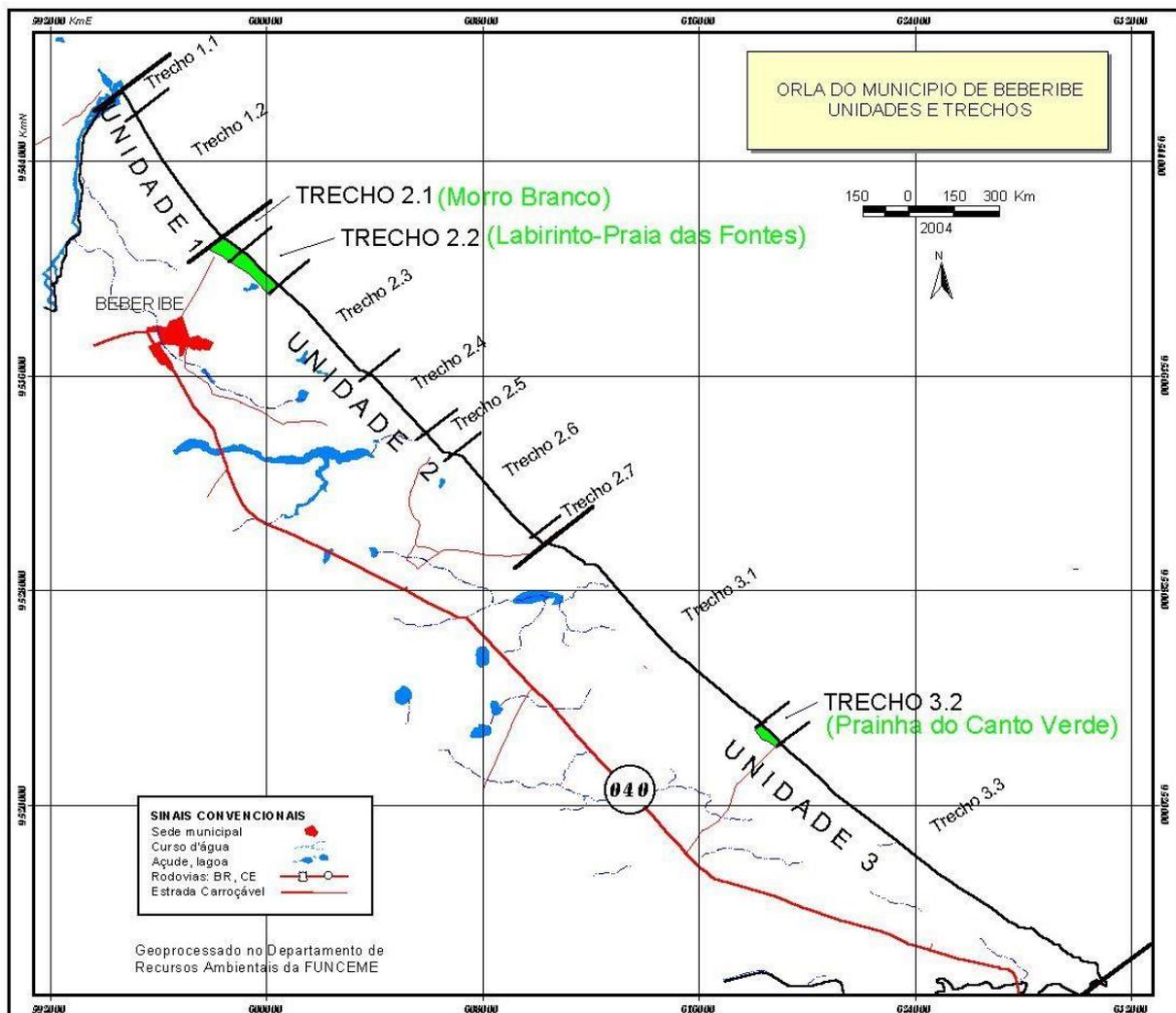


Figura 2 – Mapa de localização da área de intervenção

## 4. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO/CLASSIFICAÇÃO

### 4.1 Atributos naturais/paisagísticos

O município de Beberibe possui trechos correspondentes à praias arenosas, dunas móveis e fixas, falésias, ressurgências e manguezal. A forma geral da linha costeira é linear e exposta. Na orla encontram-se áreas em processo de urbanização, outras já consolidadas na forma de fragmentos e corredores, e grandes extensões com características originais primitivas.

Destaca-se ainda, a presença de áreas de interesse especial, como estuários e ancoradouros de jangadas.



Figuras 3, 4 e 5 – Fotos representativas das Unidades 1, 2 e 3

### 4.2 Atividades Socio-econômicas

O município de Beberibe tem 42.343 habitantes, distribuídos em: 46,52% relativos à população urbana e 53,48%, à população rural (IBGE,2000).

Os indicadores socioeconômicos mais representativos, conforme dados do Instituto de Pesquisas do Ceará – IPECE, in “Perfil dos Municípios do Ceará – Beberibe”, estão abaixo apresentados:

1. Taxa de mortalidade infantil: 34,17/1000NV (2002);
2. Número de leitos: 0,59/1000 NV (2002);
3. Taxa de escolarização (ensino médio) : 99,88% ( 2002);
4. Taxa de urbanização :46,52% (2000);
5. IDM : 28,45% (2000);
6. IDH : 0,651 (2000);
7. IDS-R : 0,338 (2000);
8. PIB: 24,74% (agropecuária); 3,57% (indústria);71,68% (serviços).

A base econômica do município está centrada no setor terciário ( serviços), com destaque para a atividade turística. A contribuição deste setor no PIB municipal é de 71,68%, uma vez que Beberibe dispõe de uma faixa litorânea de grande potencial em atrativos naturais e paisagem de rara beleza cênica, com a oferta de empreendimentos de excelentes serviços de hospitalidade e/ou alimentação em seu entorno.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico(Abr/2004), o segmento hotelaria disponibiliza 1.788 leitos em 23 estabelecimentos, gerando 428 empregos diretos. A demanda turística local ( Morro Branco/Praia das Fontes) registrou um fluxo médio de 98.700 visitantes/ano, no período 2000/2003.

O setor secundário tem pequena participação na economia do município (3,57%), se destacando o artesanato como produto manufaturado. O segmento absorve 96 artesãos na área de Morro Branco/Praia das Fontes (Secretaria Municipal do Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, 2003).

No setor primário, representado pela agropecuária ( 24,74%), destacam-se os produtos agrícolas como: coco, castanha e pendúculo do caju, mandioca, melão e manga. Entretanto, na pesca estão os produtos que mais contribuem para o incremento da renda do município. Segundo dados do IBAMA, in “ Boletim Estatístico da Pesca no Nordeste, 2002”, o município evidencia-se como o segundo maior produtor de lagosta do estado do Ceará : 477,4 toneladas/ano, correspondendo a 16,08% da produção estadual.

Quanto à produção de pescado marítimo e estuarino, Beberibe apresenta-se na sexta posição do ranking estadual ( 1.031,0 ton/ano), detendo uma fatia de 6,3% de toda a produção ( IBAMA,2002).

A maricultura participa do crescimento da economia municipal, principalmente através das fazendas de camarão, cuja atividade (carcinicultura), segundo a empresa local AQUACEL, produziu 840 ton/2003 e emprega cerca de 85 trabalhadores diretos.

### 4.3 Impacto Ambiental dos Usos da Orla

Ao longo da orla observa-se uma paisagem diversificada, ora com ambientes naturais ainda preservados, ora com ocupações desordenadas e atividades de forte impacto ambiental.

Os principais usos e impactos identificados na orla, encontram-se resumidos na tabela abaixo:

**Tabela 1**

UNIDADE	PRINCIPAIS USOS E IMPACTOS OBSERVADOS
UNIDADE 1 - Foz do rio Choro/praias do Morro Branco.	- Ocupação desordenada; ausência de rede de drenagem; aterramento de lagoas interdunares e carcinicultura.
UNIDADE 2 - Praia de Morro Branco/ Prainha do Canto Verde.	- Atividade comercial na praia (barracas de praias, ambulantes e artesãos); problemas de drenagem; pesca predatória e atratores privados; equipamentos turísticos (hotel/resort).
UNIDADE 3 - Prainha do Canto Verde/Foz do rio Pirangi.	- Ocupações irregulares e desordenada; pesca predatória; carcinicultura e atratores privados.

### 4.4 Classificação da Orla

A tabela 2, a seguir , apresenta a classificação dos diferentes trechos da orla, baseada nos seguintes parâmetros:

Classe A : Usos compatíveis com a preservação e manutenção das características e funções naturais

Classe B : Usos compatíveis com a manutenção da qualidade ambiental e baixo potencial de impacto;

Classe C : Usos poucos exigentes quanto aos padrões de qualidade ambiental, onde se observa um alto potencial impactante.

**Tabela2**

<b>Trecho</b>	<b>Delimitação do trecho</b>	<b>Características por trecho</b>	<b>Classe</b>
1.1	Foz do rio Choro / Início do loteamento da praia da Tabuba do Morro Branco	Orla linear e exposta, mata de restinga, manguezais, dunas móveis e fixas.	A
1.2	Loteamento da praia da Tabuba do Morro Branco / Marina do Morro Branco	Orla linear e exposta, urbanização consolidada e informal, coleta adequada de lixo, condomínios, imóveis de segunda residência, 100% de energia elétrica	B
2.1	Localidade do Morro Branco	Orla linear e exposta, urbanização consolidada e informal, 60% de saneamento básico, 100% de coleta de lixo, 100% de energia elétrica, baixa participação de pesca, alta participação do comércio, turismo e hotelaria, restaurantes e bares, pequena vila de pescador.	B
2.2	Labirinto/ Gruta da Mãe D'Água	Orla linear e exposta, não urbanizada; falésias; dunas móveis; lagoa; área de interesse especial (Monumento das Falésias).	A
2.3	Praia das Fontes / Barracas da Praia do Diogo	Orla linear e exposta, em processo de urbanização; falésias, dunas, ressurgências (fontes de água doce); coleta adequada de lixo; alta participação de hotelaria; alta participação de serviços (restaurantes, bares, passeios de buggy); imóveis de segunda residência.	A-B
2.4	Praia do Diogo/ Praia do Uruaú	Orla linear e exposta; não urbanizada; campos de dunas; mata de restinga; lagoa; área de interesse especial (APA Estadual Lagoa do Uruaú)	A
2.5	Localidade Uruaú	Orla linear e exposta; em processo de urbanização informal; dunas; vila de pescador; imóveis de segunda residência; pousadas, restaurantes e bares; coleta adequada de lixo; 100% energia elétrica; rede de água e esgoto inexistente; média participação de pesca; comércio.	B
2.6	Uruaú/ Início da Barra da Sucatinga	Orla linear e exposta; em processo de urbanização formal (loteamentos); dunas.	A-B
2.7	Localidade Barra da Sucatinga	Orla linear e exposta; urbanização consolidada e informal; dunas; vila de pescador; restaurantes e bares; comércio; alta participação de pesca; 100% de energia elétrica; rede de água e esgoto inexistente; coleta adequada de lixo.	A-B
3.1	Barra da Sucatinga/ Prainha do Canto Verde	Orla linear e exposta; não urbanizada; dunas; lagoas; mata de restingas; barra de riacho.	A
3.2	Localidade Prainha do Canto Verde	Orla linear e exposta; processo de urbanização informal; dunas; vila de pescador; alta participação de pesca; 100% de energia elétrica; rede de água e esgoto inexistentes; coleta adequada de lixo; turismo; restaurantes e bares; pousadas domiciliares; conflito de terras.	A-B
3.3	Prainha do Canto Verde/ Início da Praia de Parajuru	Orla linear e exposta; não urbanizada; dunas; lagoas.	A
3.4	Localidade de Parajuru	Orla linear e exposta; em processo de urbanização formal; dunas; média participação de pesca; 100% energia elétrica, rede de água e esgoto inexistentes; coleta adequada de lixo; pousadas; restaurantes e bares.	A-B
3.5	Parajuru / Foz do Rio Pirangi	Orla linear e exposta; não urbanizada; barra de rio; manguezal.	A

## 5. CENÁRIOS DE USOS DESEJADOS PARA A ORLA

A partir do diagnóstico efetuado foi possível estabelecer cenários onde se apresentam : a situação atual, a tendência de crescimento e a situação desejada/possível para os diferentes trechos orla.

Para tanto, foram elaborados perfis dos trechos priorizados, acompanhados de texto-resumo para cada uma das situações, conforme o que se segue:

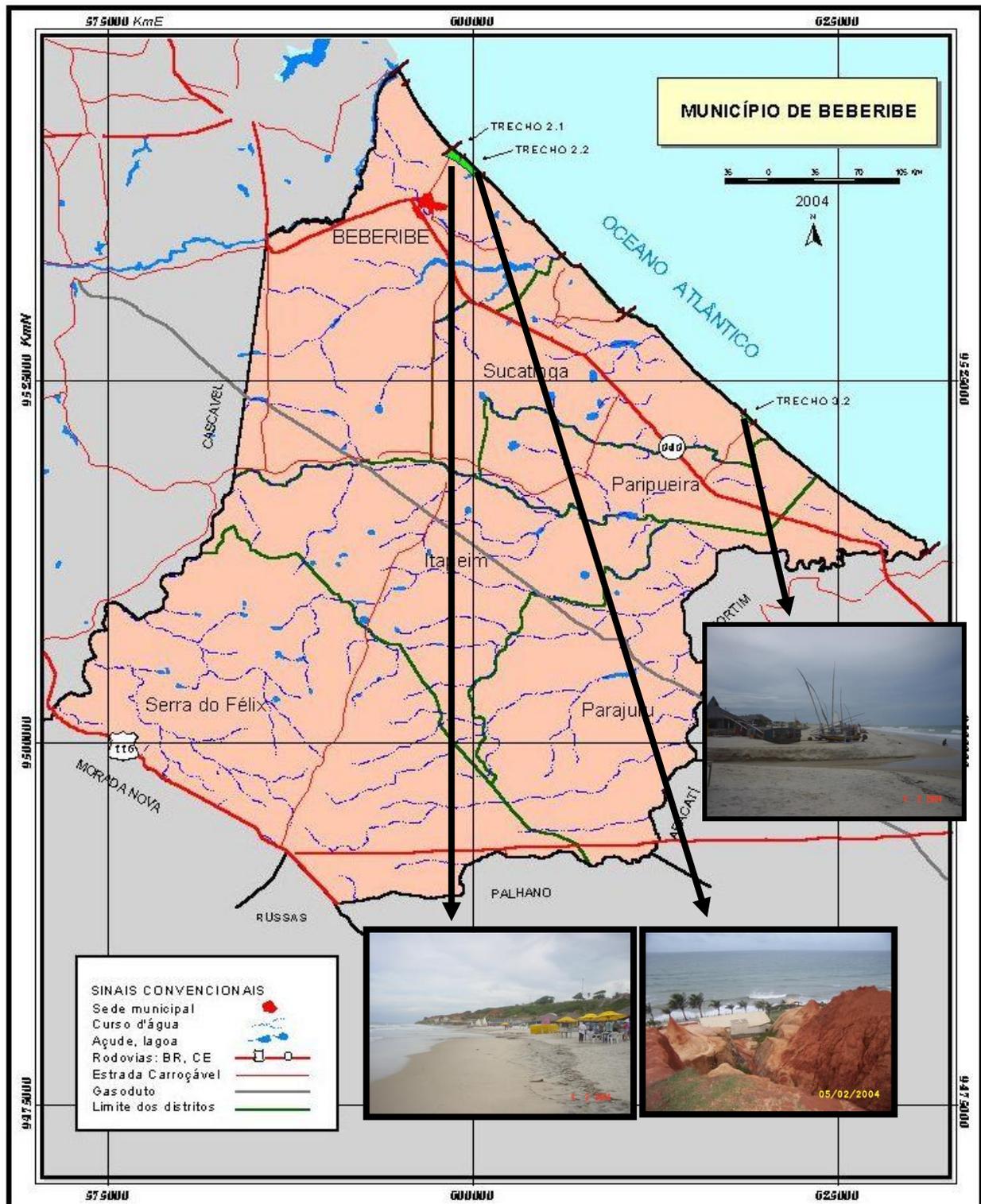


Figura 6 – Mapa com detalhamento dos trechos selecionados



### b) Situação Tendencial

Expansão das ocupações sobre as dunas e/ou falésias, inclusive com prédios de mais de dois andares. Um maior adensamento das barracas sobre a praia.



### c) Situação Possível / Desejável

Promover o ordenamento da ocupação urbana e da arborização pública, , recuperar o espaço público (relocação das barracas), promover medidas de proteção às escarpas das falésias (vegetação, drenagem pluvial) e melhorar as condições de recepção da pesca artesanal na praia. Fazer valer a legislação municipal pertinente relativa ao Uso e Ocupação do Solo e ao Código de Obras e Posturas, estabelecida a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-PDDU.



## TRECHO 2.2 – LABIRINTO/PRAIA DAS FONTES (UNIDADE 2-A)

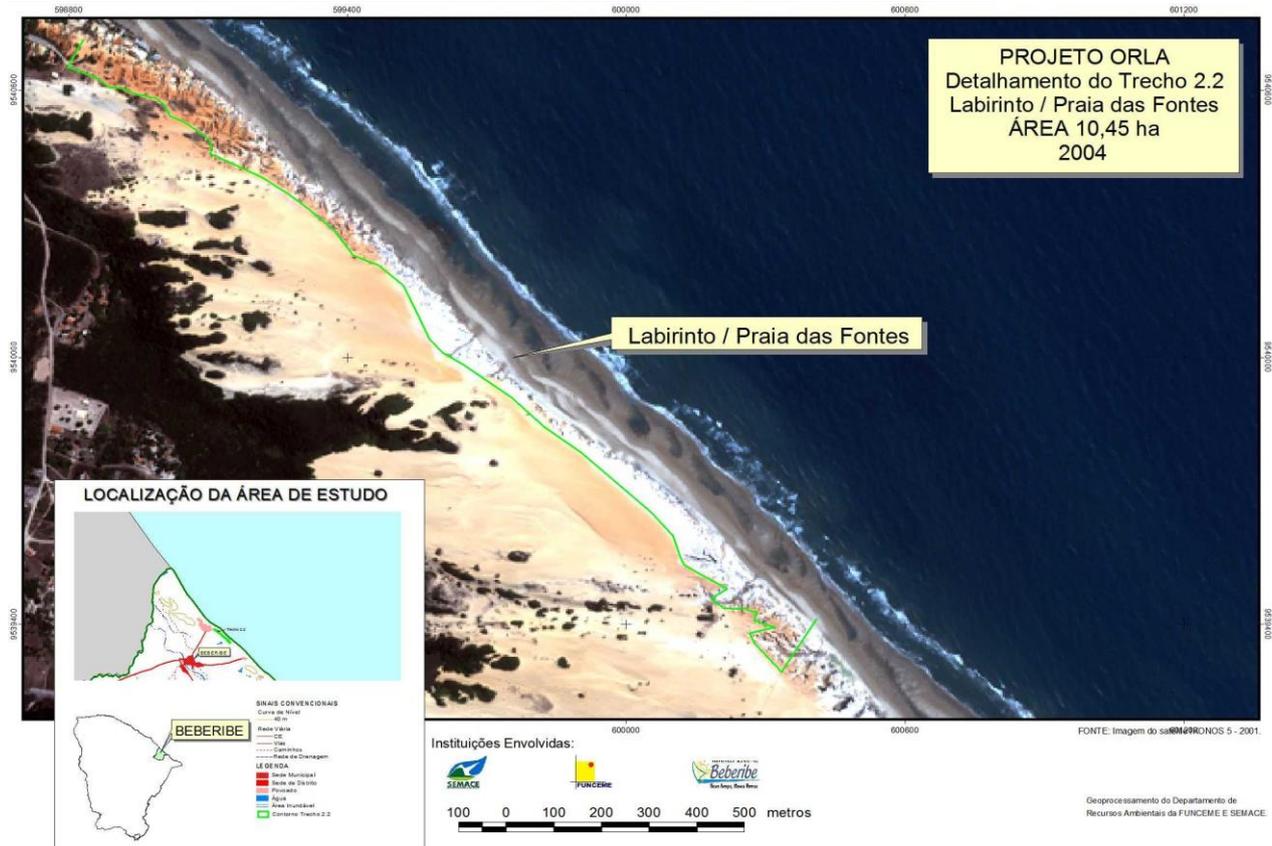


Figura 10 – Imagem da área de intervenção e delimitação da orla marítima no trecho 2.2

### a) Situação Atual

A área apresenta características naturais primitivas com destaque para as falésias multicoloridas de grande beleza cênica, presentes em todo o trecho. As falésias apresentam caminhos internos naturais, denominados localmente de “labirinto”, constituindo significativa atração turística, recebendo até 1.000 (mil) visitantes por dia na alta temporada. Embora rarefeitas, observa-se a presença de imóveis de segunda residência e algumas barracas na área das falésias, desobedecendo à desocupação procedida pelo poder público municipal. No trabalho de campo, constatou-se uma área delimitada e identificada com placa destinada a construção de um empreendimento hoteleiro de grande porte.

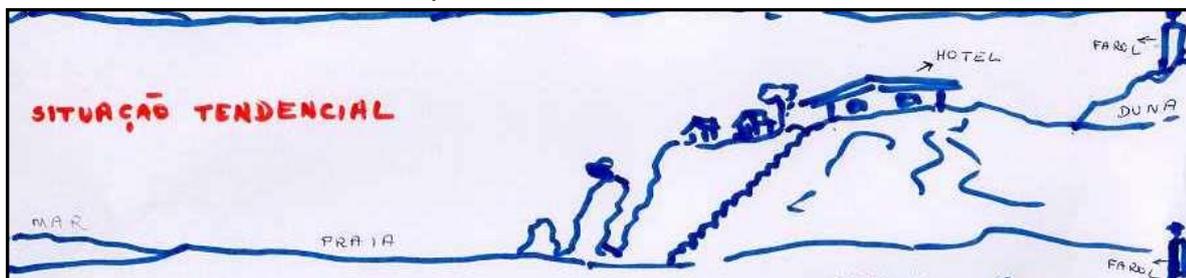


Perfil 2 e figuras 10 e 11 – Situação atual no trecho 2.2



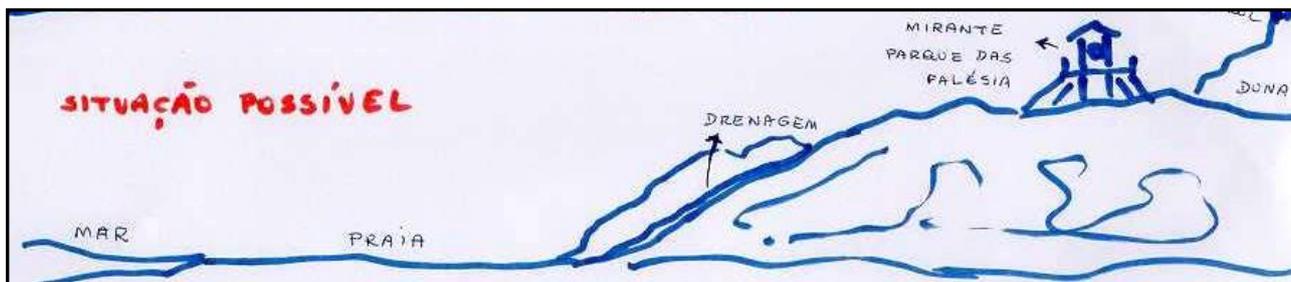
### b) Situação Tendencial

Provável descaracterização da paisagem original, com ocupação desordenada das falésias por empreendimentos hoteleiros. O atrativo turístico de grande beleza cênica natural ficará seriamente comprometido.



### c) Situação Possível/ Desejável

Criar e implantar uma unidade de conservação do tipo "Monumento Estadual", em consonância com a legislação emanada da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU. Sugere-se que a Unidade de Conservação já em tramitação entre Prefeitura e Governo do Estado (SEMACE) seja ampliada para 11 ha.



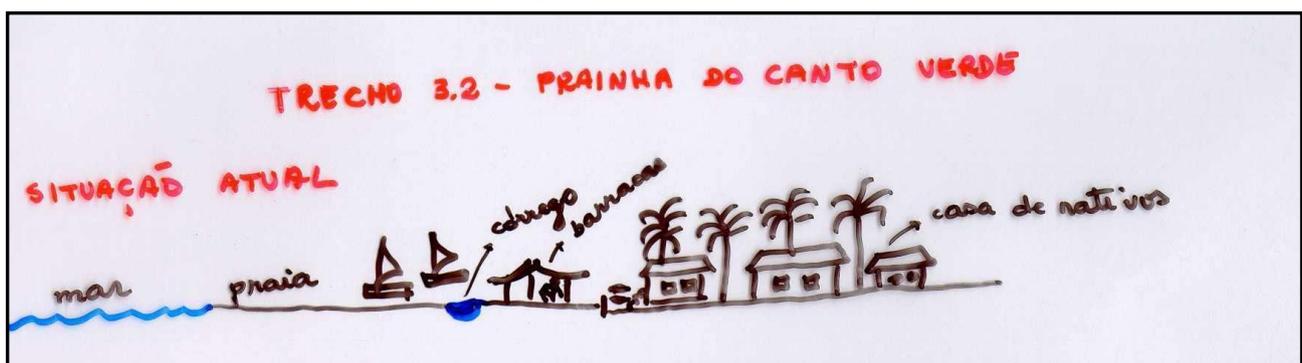
## TRECHO 3.2 – PRAINHA DO CANTO VERDE (UNIDADE 3 -A-B)



Figura 12 – Imagem da área de intervenção e delimitação da orla marítima no trecho 3.2

### a) Situação Atual

Área com características naturais primitivas, ainda significativas. Observa-se um núcleo urbano de ocupação pouco expressiva e desordenada. Barracas ocupando faixa de areia e algumas casas invadem a área de praia, observando-se construções já destruídas pela ação das marés. Há um pequeno porto de jangadas e obras de contenção em trechos da praia, além da presença de um córrego.

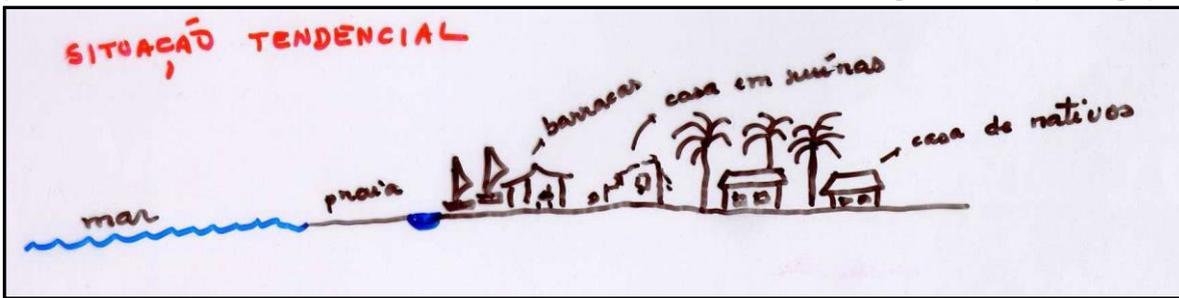


Perfil e figura 13 - Cenário atual do trecho 3.2



## b) Situação Tendencial

O mar poderá avançar ainda mais, prejudicando o porto de jangadas, ameaçando destruir parte das moradias dos nativos e ocasionando o recuo do sangradouro (córrego).



## c) Situação Possível/ Desejável

Recuperar a vegetação nativa, assim como o coqueiral, implantar um ordenamento urbano (casas de moradias e barracas), regularizar a situação fundiária, recuperar o espaço público, melhorar as condições de recepção da pesca artesanal na praia e, aplicar a legislação municipal pertinente – Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei do Código de Obras e Posturas, estabelecida nas diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-PDDU.



## 5.1 CLASSIFICAÇÃO DOS PARÂMETROS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DOS TRECHOS PRIORIZADOS

Apresenta-se a seguir, a tabela 3, com a síntese dos cenários formulados para os 3 trechos priorizados da orla municipal, classificados segundo os parâmetros ambientais, sociais e econômicos estabelecidos pelo Projeto Orla, descritos no Anexo II do Manual de Gestão.

**Tabela 3**

Parâmetros	Trecho: 2.1			Trecho: 2.2			Trecho: 3.2		
	Atual	Tendência	Desejada	Atual	Tendência	Desejada	Atual	Tendência	Desejada
<b>Ambientais</b>									
1. Cobertura Vegetal Nativa (%)	C	C	C	A	B	A	A	B	A
2. Valores Cênicos	C	C	B	A	C	B	A	B	A
3. Integridade dos ecossistemas	B	C	B	B	C	B	B	C	B
4. Fragilidade dos ecossistemas	B	B	B	A	B	A	A	B	A
5. Presença de Unidade de Conservação	-	-	B	-	-	-	-	-	-
6. Condição de Balneabilidade	B	B	A	-	-	-	-	-	-
7. Degradação Ambiental	C	C	B	B	C	A	A	B	A
8. Presença de efluentes (línguas negras)	A	A	A	-	-	-	-	-	-
9. Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	B	B	A	A	B	A	A	B	A
10. Presença de construções irregulares	C	C	A	A	B	A	B	C	B
11. Potencial para aproveitamento mineral	-	-	-	B	C	A	-	-	-
14. Potencial Pesqueiro	C	C	C	-	-	-	B	C	B
<b>Sociais</b>									
16. Presença de comunidades tradicionais	B	B	B	-	-	-	A	B	A
17. Concentração de domicílios de veraneio	B	B	B	A	B	A	A	B	A
18. Infra-estrutura de lazer/turismo	A	A	B	A	B	A	A	B	A
19. Cobertura urbana ou urbanização	A	A	A	A	B	A	A	B	B
20. Domicílios servidos por água	C	C	C	-	-	-	-	-	-
21. Domicílios com serviço de esgoto (%)	C	C	C	-	-	-	-	-	-
22. Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	C	C	C	C	C	C	B	B	C
23. Domicílios servidos por energia elétrica (%)	C	C	C	C	C	C	C	C	C
24. Forma de acesso	B	B	B	A	B	A	B	B	B
<b>Econômicos</b>									
25. Pressão imobiliária	B	B	B	A	B	A	A	B	B
28. Usos de recursos pesqueiros	A	A	A	A	A	A	A	B	B
32. Aproveitamento mineral	-	-	-	A	B	A	-	-	-
34. Atividades turísticas	B	B	B	B	C	A	A	B	B

## 6. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS DE USO DA ORLA

Este capítulo descreve os conflitos observados nos trechos selecionados, destacando as atividades, os atores sociais e institucionais envolvidos em cada um, de modo a se identificar os problemas ocorrentes, no sentido de definir diretrizes para a solução dos mesmos.

<b>TRECHO: 2.1 – MORRO BRANCO</b>				
	<b>Conflitos Existentes</b>	<b>Atividades Geradoras do Conflito</b>	<b>Atores Sociais Envolvidos</b>	<b>Atores Institucionais</b>
1	Ocupação das falésias x Conservação das falésias	- Imobiliária - Turística - Comercial	- Moradores - Veranistas - Empresários	- Prefeitura Municipal - SEMACE - IBAMA. - Associação de Moradores - GRPU-CE
2	Circuito dos Bugues x Comercialização do artesanato	- Comercial - Turística - Artesanato	- Artesãos - Bugueiros - Atravessadores - Guias	- Prefeitura Municipal - Associação de Artesãos - Associações dos Bugueiros
3	Barracas na praia x Uso público da praia (lazer ,acesso e circulação)	- Comercial - Turística	- Barraqueiros - Turistas - Visitantes - Moradores - Veranistas	- SEMACE - Prefeitura Municipal - Ibama - GRPU-CE
4	Circulação de veículos na praia x Segurança dos banhistas	- Comercial - Turística	- Motoristas - Banhistas	- Prefeitura Municipal - DERT - Associações dos Bugueiros
<b>TRECHO 2.2 – LABIRINTO / PRAIA DAS FONTES</b>				
	<b>Conflitos Existentes</b>	<b>Atividades Geradoras do Conflito</b>	<b>Atores Sociais Envolvidos</b>	<b>Atores Institucionais</b>
5	Empreendimentos hoteleiros e Pressão imobiliária X Conservação das falésias	- Turística ( Hotelaria) - Imobiliária(casas de veraneio)	- Veranistas -Empresários do setor hoteleiro - Corretores - Turistas - Ambientalistas - Moradores	- Prefeitura Municipal - SEMACE - GRPU-CE
6	Barracas, Ambulantes e Artesãos X Preservação do Labirinto (falésias)	- Comercial - Turística	- Ambulantes - Barraqueiros - Fiscais - Visitantes - Turistas	- Prefeitura Municipal - SEMACE - Polícia Militar - Ministério Público



**TRECHO 3.2 – PRAINHA DO CANTO VERDE**

	<b>Conflitos Existentes</b>	<b>Atividades Geradoras do Conflito</b>	<b>Atores Sociais Envolvidos</b>	<b>Atores Institucionais</b>
7	Pressão imobiliária X Permanência da população no local	- Imobiliária - Turística - Comercial	- Moradores - Empresários - Veranistas	- Associação Comunitária - Ministério Público - Prefeitura Municipal
8	Barracas na praia X Uso público da praia (lazer e circulação)	- Turística - Comercial	- Barraqueiros - Banhistas	- Associação Comunitária - Ministério Público - Prefeitura Municipal - GRPU - SEMACE
9	Pesca predatória X Conservação ambiental	- Pesqueira - Comercial	- Pescadores - Empresários da pesca - Armadores - Comerciantes - Atravessadores	- Colônia de Pescadores - Federação de Pescadores - SINDEPESCA - Associação de Pesca - SEAPE - IBAMA

## 7. CARACTERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS RELACIONADOS A CADA CONFLITO

Apresentam-se a seguir, os problemas e impactos relacionados aos conflitos identificados nos trechos priorizados, e as linhas de ação que devem ser desenvolvidas para a solução dos mesmos.

### TRECHO: 2.1 – MORRO BRANCO

<b>Conflito 1 - OCUPAÇÃO FALÉSIAS X CONSERVAÇÃO AMBIENTAL</b>		
<b>Problemas</b>	<b>Efeitos e impactos associados ao problema</b>	<b>Linhas de ação para equacionar o problema</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Erosão das falésias;</li> <li>- Degradação das falésias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perda da beleza cênica;</li> <li>- Comprometimento do turismo;</li> <li>- Perda de Recursos Naturais;</li> <li>- Efeito multiplicador do descumprimento da legislação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contenção da ocupação (disciplinamento do uso e ocupação)</li> </ul>

<b>Conflito 2 – CIRCUITO DOS BUGUES X COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO</b>		
<b>Problemas</b>	<b>Efeitos e impactos associados ao problema</b>	<b>Linhas de ação para equacionar o problema</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conflitos entre artesãos e bugueiros</li> <li>- Diminuição da comercialização do artesanato;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção de inimizades;</li> <li>- Retração da atividade do artesanato e da renda local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acordo de Convivência</li> </ul>

<b>Conflito 3 – BARRACAS NA PRAIA X USO PÚBLICO DA PRAIA</b>		
<b>Problemas</b>	<b>Efeitos e impactos associados ao problema</b>	<b>Linhas de ação para equacionar o problema</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de livre acesso à praia;</li> <li>- Obstrução do espaço de lazer.</li> <li>- Disposição inadequada de resíduos( sólidos e líquidos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Poluição ambiental /visual;</li> <li>- Privatização do espaço público;</li> <li>- Efeito multiplicador do descumprimento da legislação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ordenamento da ocupação</li> </ul>

<b>Conflito 4–CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS NA PRAIA X SEGURANÇA DOS BANHISTAS</b>		
<b>Problemas</b>	<b>Efeitos e impactos associados ao problema</b>	<b>Linhas de ação para equacionar o problema</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Risco de acidentes;</li> <li>- Emissão de gases e ruídos.</li> <li>- Obstrução do espaço de lazer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição da frequência de banhistas na praia (turistas e moradores)</li> <li>- Efeito multiplicador do descumprimento da legislação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicação do Código Nacional de Trânsito;</li> <li>- Aplicação da Legislação ambiental do Estado.</li> </ul>

**TRECHO: 2.2 – LABIRINTO/ PRAIA DAS FONTES**

<b>Conflito 5 – EMPREENDIMENTO HOTELEIRO E PRESSÃO IMOBILIÁRIA X CONSERVAÇÃO DAS FALESÍAS</b>		
<b>Problemas</b>	<b>Efeitos e impactos associados ao problema</b>	<b>Linhas de ação para equacionar o problema</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descumprimento da Legislação Ambiental (Resolução CONAMA 303);</li> <li>- Apropriação indevida de áreas do Patrimônio da União.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação ambiental ( falésias)</li> <li>- Descaracterização da paisagem natural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ordenamento do uso e ocupação;</li> <li>- Requalificação das áreas de falésias.</li> </ul>

<b>Conflito 6– BARRACAS, AMBULANTES E ARTESÃOS X PRESERVAÇÃO DO LABIRINTO</b>		
<b>Problemas</b>	<b>Efeitos e impactos associados ao problema</b>	<b>Linhas de ação para equacionar o problema</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ocupação irregular do espaço público;</li> <li>- Descumprimento da Legislação Estabelecida (Estadual e Municipal).</li> <li>- Disposição inadequada de lixo e esgoto na área do Labirinto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação ambiental (desmoronamento das falésias)</li> <li>- Poluição Ambiental (lixo, esgoto e outros)</li> <li>- Perda da atratividade turística</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ordenamento do uso do espaço.</li> </ul>

**TRECHO: 3.2 – PRAINHA DO CANTO VERDE****Conflito 7– PRESSAO IMOBILIARIA X PERMANENCIA DA POPULAÇÃO NO LOCAL**

<b>Problemas</b>	<b>Efeitos e impactos associados ao problema</b>	<b>Linhas de ação para equacionar o problema</b>
- Insegurança da população devido à falta de documentação cartorial legal; - Construções irregulares.	- Perda da identidade e cultura tradicional. - Expulsão gradativa da população tradicional	- Regularização da ocupação.

**Conflito 8 – BARRACAS NA PRAIA X USO PUBLICO DA PRAIA**

<b>Problemas</b>	<b>Efeitos e impactos associados ao problema</b>	<b>Linhas de ação para equacionar o problema</b>
- Ocupação do espaço público; - Lançamento de esgoto e resíduos sólidos na praia.	- Privatização do espaço público; - Efeito multiplicador do descumprimento da legislação. - Poluição da praia (areia e mar)	Ordenamento e Qualificação do comércio na orla.

**Conflito 9 – PESCA PREDATORIA X CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

<b>Problemas</b>	<b>Efeitos e impactos associados ao problema</b>	<b>Linhas de ação para equacionar o problema</b>
- Super-exploração da pesca; - Impossibilidade do acesso aos bancos pesqueiros pelos pescadores artesanais.	- Diminuição dos estoques pesqueiros; - Degradação da fauna marinha;	- Conscientização dos pescadores; - Obediência ao defeso da lagosta.

## 8. AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

A partir da definição das linhas de ação, se faz necessário o detalhamento das ações e medidas estratégicas, seus objetivos e os principais órgão responsáveis, no sentido de garantir implementação das mesmas.

### TRECHO 2.1 – MORRO BRANCO

**Tabela 6**

<b>Conflitos</b>	<b>Ações/Medidas</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Duração da atividade</b>	<b>Responsabilidades</b>
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar Sistema de Monitoramento e Fiscalização para garantir o cumprimento da legislação vigente;</li> <li>- Implementar campanha educativa ,voltada para população local</li> <li>-Implantar sistema de drenagem apropriado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservar os trechos remanescentes de falésias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuada</li> <li>- Continuada</li> <li>- Curto prazo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prefeitura Municipal</li> <li>- SEMACE</li> <li>- IBAMA</li> <li>- SEINFRA-CEI</li> </ul>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pactuar acordo de convivência</li> <li>- Implantar fiscalização adequada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar as atividades e aumentar seu potencial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Curto prazo</li> <li>- Continuada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prefeitura Municipal</li> </ul>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relocar as barracas;</li> <li>- Reurbanizar o Largo e a Orla, considerando as propostas contida no Plano Diretor;</li> <li>- Implementar campanha educativa voltada p/ barraqueiros e usuários da praia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificar o espaço publico e regularizar o comércio na orla.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Médio prazo</li> <li>- Médio prazo</li> <li>- Continuada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministério Público</li> <li>- GRPU</li> <li>- Prefeitura Municipal</li> </ul>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar sinalização e fiscalização sistemática;</li> <li>- Implementar campanha educativa voltada p/ bugueiros e turistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a segurança dos usuários da praia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuada</li> <li>- Continuada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prefeitura Municipal;</li> <li>- SEMACE</li> <li>- IBAMA</li> </ul>

## TRECHO: 2.2 – LABIRINTO/ PRAIA DAS FONTES

Conflitos	Ações e medidas	Finalidade	Duração da atividade	Responsabilidades
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar e implantar a Unidade de Conservação “Monumento das Falésias”;</li> <li>- Estabelecer critérios para regulamentar a Lei de Criação do Monumento;</li> <li>- Implementar fiscalização;</li> <li>- Adequar as leis de controle urbano às especificidades da área.</li> </ul>	-Preservar a identidade local e manter o aspecto atual da paisagem (falésias conservadas).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Médio prazo</li> <li>- Curto prazo</li> <li>- Continuada</li> <li>- Curto prazo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SEMACE</li> <li>- GRPU</li> <li>- Prefeitura Municipal.</li> </ul>
6	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Retirada das barracas da área do Labirinto;</li> <li>- Implantar fiscalização; (policiamento preventivo).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Preservar o Labirinto e falésias;</li> <li>-Resgatar do cenário natural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Curto Prazo</li> <li>- Continuada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prefeitura Municipal</li> <li>- SEMACE</li> <li>- Pelotão Ecológico da Polícia Militar;</li> <li>- GRPU</li> <li>- Ministério Público</li> </ul>

## TRECHO: 3.2 – PRAINHA DO CANTO VERDE

Conflitos	Ações/Medidas	Finalidade	Duração da atividade	Responsabilidades
7	-Implementar ações jurídicas visando a regularização da posse das propriedades.	-Garantir a permanência da população, a manutenção da identidade local e da paisagem.	- Médio prazo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministério Público</li> <li>- Prefeitura Municipal</li> <li>- GRPU</li> </ul>
8	-Relocação e padronização das barracas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificar o espaço público;</li> <li>- Regularizar o comercio na orla.</li> </ul>	- Médio prazo	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ministério Público</li> <li>- Prefeitura Municipal</li> <li>- GRPU</li> </ul>
9	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar controle e fiscalização permanente da pesca;</li> <li>- Promover capacitação dirigida aos pescadores.</li> </ul>	- Assegurar a sustentabilidade da atividade pesqueira (lagosta e pescado).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuada</li> <li>- Curto prazo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IBAMA</li> <li>- Prefeitura Municipal</li> <li>- AMULL</li> <li>- Colônia de Pescadores</li> <li>- Pelotão Ecológico da Polícia Militar</li> </ul>

## 9. ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO

Para viabilizar a implantação do Plano de Intervenção na Orla é necessário definir mecanismos e alternativas que envolvam compromissos dos diversos agentes governamentais e da sociedade civil. Desse modo, propõe-se a instituição de um Comitê Gestor, composto por gestores municipais e representantes de instituições locais, com o objetivo de promover a articulação permanente das demandas apontadas no Plano.

Composição do Comitê Gestor de Beberibe-Ce

- Secretaria Municipal da Assistência Social e Cidadania;
- Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Pesca;
- Secretaria Municipal da Infra-Estrutura e Urbanismo;
- Secretaria Municipal do Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico;
- Associação Comunitária da Barra da Sucatinga;
- Associação Comunitária de Morro Branco;
- Associação dos Artesãos de Morro Branco;
- Associação dos Barraqueiros de Parajuru;
- Associação dos Bugueiros de Morro Branco;
- Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde;
- Associação dos Moradores de Uruaú;
- Associação dos Pescadores de Morro Branco;
- Comitê Gestor da APA da Lagoa do Uruaú;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

Principais Atribuições

- Apresentar e discutir as propostas com os vários setores da sociedade;
- Legitimar e divulgar o Plano;
- Definir prioridades para a implantação das ações;
- Articular e construir parcerias para viabilizar a implantação das ações e para a captação de recursos;
- Monitorar e avaliar a implementação das ações;
- Rever e adequar o Plano.

### a) Formas de legitimação do plano

A estratégia adotada para validação do Plano de Intervenção na orla de Beberibe, cumprirá as seguintes etapas:

- Reuniões com as comunidades dos trechos priorizados e de seu entorno;
- Reuniões com o secretariado municipal, câmara de vereadores e ministério público;
- Audiência Pública com os demais segmentos da sociedade civil.

### b) Mecanismos de envolvimento da sociedade

Concomitante às propostas emanadas do Comitê Gestor do Projeto Orla, as entidades locais (ONG's), também assumirão responsabilidades quanto a mobilização de atores. A realização de campanhas públicas para a divulgação das propostas e metas do Plano, publicação de material relativo aos produtos do Plano, realização de audiências públicas, debates e discussões do Plano, são algumas medidas possíveis de implementação através do Comitê Gestor em parceria com as associações locais.

## Cronograma de Execução das Etapas Previstas para a Validação do Plano:

Item	Atividades a serem realizadas	Responsável direto	Público alvo	Meios utilizados	Produção Necessária	Previsão das ações 2004							
						Jun	Jul	Ago	Set	out	nov	dez	
01	Apresentação, esclarecimentos, debates, ajustes e validação do Plano junto às comunidades.	Comitê Gestor Prefeitura Municipal Associações Locais	População dos trechos prioritizados e do entorno	Rádio Faixas de convocação	Plano Mapas Slides Vídeo		—						
02	Apresentação, esclarecimentos, debates, ajustes e validação do Plano junto ao Secretariado Municipal.	Comitê Gestor	Gestores Municipal	Carta convite	Plano Mapas Slides Vídeo			—					
03	Apresentação, esclarecimentos, debates, ajustes e validação do Plano junto a Câmara Municipal e Ministério Público.	Comitê Gestor	Vereadores e Promotores Públicos	Carta convite	Plano Mapas Slides Vídeo				—				
04	Apresentação, esclarecimentos, debates, ajustes e validação do plano junto aos Conselhos Municipais e Sociedade Civil	Comitê Gestor	Sociedade Civil Membros dos Conselhos Municipais	Carta convite	Plano Mapas Slides Filmes				—				
05	Execução do Plano	Prefeitura Municipal								—	—	—	—

### c) Alternativas de articulação política

Além da legitimação do Plano de Intervenção e dos mecanismos de envolvimento de suas ações, é de fundamental importância o envolvimento dos agentes governamentais (municipal, estadual e federal) na compatibilização das políticas públicas incidentes na orla.

Na tabela abaixo encontram-se identificados os agentes governamentais e respectivas atribuições e responsabilidades:

<b>Agente Governamental</b>	<b>Atribuição e Responsabilidade</b>
PREFEITURA MUNICIPAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Implementar ações para o fortalecimento institucional</li> <li>→ Levantamento e Cadastro dos imóveis irregulares;</li> <li>→ Regularização de situação fundiária;</li> <li>→ Contratação consultoria para execução de projetos;</li> <li>→ Zoneamento do uso e ocupação do solo na faixa de orla;</li> <li>→ Articulação.</li> </ul>
CÂMARA DE VEREADORES	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Legislativo (criação, revisão e atualização de mecanismos legais);</li> <li>→ Acompanhar e fiscalizar ações do poder municipal.</li> </ul>
GRPU	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Apoiar ações para regularização de situação fundiária;</li> <li>→ Criação, revisão, atualização, implementação e aplicação de mecanismos legais;</li> <li>→ Fiscalizar a aplicação dos mecanismos legais;</li> <li>→ Promover a celebração do Termo de Convênio</li> </ul>
IBAMA	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Implementar ações para o fortalecimento institucional;</li> <li>→ Subsidiar tecnicamente a criação, revisão e atualização de instrumentos normativos;</li> <li>→ Estudos e Pesquisas;</li> <li>→ Zoneamento do uso e ocupação do solo de áreas da União, na faixa de orla;</li> <li>→ Fiscalizar a aplicação dos mecanismos legais.</li> <li>→ Implementar ações de Educação Ambiental</li> </ul>
SEMACE	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Implementar ações para o fortalecimento institucional;</li> <li>→ Subsidiar tecnicamente a criação, revisão e atualização de instrumentos normativos;</li> <li>→ Fiscalizar a aplicação dos mecanismos legais.</li> <li>→ Implementar ações de Educação Ambiental</li> </ul>
MP	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Apoio para a aplicação de mecanismos legais.</li> </ul>
SEBRAE	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Capacitação de micro e pequenos empresários locais.</li> </ul>

## 10. SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES

São descritos a seguir, os meios que dão suporte para a implementação das ações do Plano de Intervenção na Orla, constituídos pela legislação disponível, base institucional, fóruns municipais existentes e instrumentos normativos e publicações técnico-científicas relacionados à área de estudo.

### 10.1 Base legal prevista para as ações normativas:

- Nível Municipal:
  - Lei Municipal N.º 605/2000 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano- PDDU);
  - Lei Municipal N.º 606/2000 (Código de Obras e Posturas);
  - Lei Municipal N.º 607/2000 (Organização Territorial);
  - Lei Municipal N.º 608/2000 (Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo);
  - Lei Municipal N.º 609/2000 (Sistema Viário Básico);
  - Lei Orgânica do Município de Beberibe-Ce (1990);
  
- Nível Estadual:
  - Lei Estadual N.º 10.148/1977 (Preservação e Controle dos Recursos Hídricos);
  - Lei Estadual N.º 11.411/1987 (Política Estadual do Meio Ambiente; Criação do Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA e da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE);
  - Decreto N.º 14.335/1981 (Regulamenta a Lei 10.148/1977);
  - Decreto N.º 20.067/1989 (Aprova Regimento do COEMA);
  - Decreto N.º 25355/1999 (Cria a APA Lagoa do Uruaú).
  
- Nível Federal:
  - Lei Federal N.º 6.766/79 (Parcelamento do Solo Urbano);
  - NORMAM-13 (Normas da Capitania dos Portos);
  - Lei Federal N.º 7.661/88 (Gerenciamento Costeiro);
  - Lei Federal N.º 9.636/98 (Patrimônio da União);
  - Resoluções do CONAMA (Federal);
  - Código Civil Brasileiro.
  - Lei Federal N.º 3.725/2001 (Regulamenta a Lei N.º 9636)
  - Lei Federal N.º 4.771/1965 (Código Florestal)
  - Lei Federal N.º 99.274/1981 (Regulamenta a Lei N.º 6.902 e Lei N.º 6.938)
  - Lei Federal N.º 6.938/1981 (Política Nacional de Meio Ambiente)
  - Lei Federal N.º 10.165/2000 (Altera a Lei nº 6.938/1981)
  - Lei Federal N.º 6.513/1977 (Áreas especiais e locais de interesse turístico)
  - Lei Federal N.º 6.902/1981 (Estações ecológicas e APAS)
  - Lei Federal N.º 7.347/1985 (Disciplina ação civil pública)
  - Lei Federal N.º 9.605/1998 (Sanções penais e administrativas para atividades lesivas ao meio ambiente)
  - Lei Federal N.º 9.785/1999 (Altera o Dec. Lei N.º 3365 e as Leis N.º 6015 e 6766)
  - Lei Federal N.º 9.985/ 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza)
  - Lei Federal N.º 10.257/2001 (Regulamenta os Art. 182 e 183 da Constituição Federal)

## **10.2 Base institucional local para as ações previstas**

- Gabinete do Prefeito e Vice- Prefeito
- Secretaria do Planejamento e Administração
- Secretaria de Finanças
- Secretaria do Desenvolvimento Rural e da Pesca
- Secretaria da Infra-Estrutura e Urbanismo
- Secretaria da Saúde
- Secretaria do Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
- Secretaria da Educação, Cultura e Desportos
- Secretaria da Assistência Social e Cidadania

## **10.3 Fóruns de decisão existentes no âmbito do Plano**

- Câmara Municipal
- Conselho Municipal de Saúde
- Conselho Municipal de Educação
- Conselho Municipal de Assistência Social
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS

## **10.4 Instrumentos gerenciais e normativos locais existentes**

- Código Municipal de Obras e Posturas
- Código de Vigilância Sanitária

## **10.5 Material técnico científico e outros sobre a área de estudo**

- ADY BALASTRERI RODRIGUES – **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: HUCITEC,1997.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A- **Manual de Impactos Ambientais**. Fortaleza, 1999.
- ESCOLA DE FORMAÇÃO DE GOVERNANTES DO CEARÁ – **Oficina de Desenvolvimento Regional do Litoral Leste: Desafios e Formas de Cooperação Intermunicipal**. Beberibe: Fundação Conrad Adnauer , 2003.
- MARTINS, M. L.RAMALHO – **Diagnóstico do Município de Beberibe com ênfase na Potencialidade Turística**. Beberibe: Prefeitura Municipal, 1997.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO DO CEARA- **Perfil Básico Municipal** - Beberibe. Fortaleza:IPLANCE,2000.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Beberibe**. Fortaleza:Consórcio DAA\ Espaço Plano,2000.
- IBAMA – **Boletim Estatístico da Pesca no Nordeste**. Brasília.

## 11. MONITORAMENTO

Sendo o monitoramento a aferição dos resultados e impactos das ações desenvolvidas, instrumento necessário para o ajuste e a redefinição de seu rumo, o Plano de Intervenção da Orla deverá definir indicadores de acordo com as medidas propostas

### 11.1 CRITÉRIOS, PARÂMETROS E INDICADORES DE AFERIÇÃO.

- Critérios para implementação e avaliação das ações:
  - Alcance ou número de pessoas (público-alvo) atingido pela ação (agentes causadores de impactos, usuários, moradores).
  - Risco iminente sobre a paisagem e meio ambiente causados por impactos.
  - Espaço/instâncias de articulação política instalados.
  - Recursos disponíveis para a ação.
  - Relação custos/benefícios das ações.
  
- Indicadores de Aferição possíveis, no quadro a seguir.

#### TRECHO: 2.1 – MORRO BRANCO

Conflitos	Ações/ Medidas	Indicadores	Responsáveis
1	- Implantar sistema de monitoramento e fiscalização para garantir o cumprimento da legislação vigente;	- Nº de vistorias realizadas - Nº de autuações efetuadas - Relatório fotográfico a cada 3 meses	Prefeitura Municipal
	- Implementar campanha educativa voltada para população local	- Nº de palestras realizadas - Nº de pessoas sensibilizadas - Material produzido	Comitê Gestor
	- Implantar sistema de drenagem apropriado.	- Obras de drenagem concluídas ( calhas, rede)	Prefeitura Municipal
2	- Implantar fiscalização adequada p/ o circuito de bugues e comercialização do artesanato	- Roteiros estabelecidos obedecidos - Nº de vistorias realizadas	Comitê Gestor
3	- Relocar e padronizar as barracas	- Nº de barracas padronizadas e instaladas no novo espaço	Prefeitura Municipal
	- Reurbanizar o Largo e a Orla considerando as propostas contidas no Plano Diretor	- Obras de reurbanização concluídas ( calçamento, arborização , instalação de mobiliário e equipamentos públicos)	Prefeitura Municipal
	- Implementar campanha educativa, voltada p/ os barraqueiros e usuários da praia.	- Nº de atividades efetuadas - Nº de pessoas sensibilizadas - Material produzido	Comitê Gestor

4	- Implantar sinalização e fiscalização adequada	- Placas de indicações instaladas - Nº de vistorias realizadas - Nº de autuações efetuadas	Prefeitura Municipal
	- Implementar campanha educativa voltada para os bugueiros e turistas	- Nº de atividades realizadas - Nº de pessoas sensibilizadas - Material produzido	Comitê Gestor

### TRECHO: 2.2 – LABIRINTO / PRAIA DAS FONTES

Conflitos	Ações/Medidas	Indicadores	Responsáveis
5	- Criar e implantar a Unidade de Conservação “ Monumento das Falésias”	- Decreto de criação publicado	SEMACE Prefeitura Municipal
	-Estabelecer critérios para regulamentar a lei de criação do Monumento	- Critérios estabelecidos - Regulamento publicado	SEMACE Prefeitura Municipal
	-Implementar fiscalização e adequação do controle urbano às especificidades da área.	- Parâmetros de controle definidos - Nº de vistorias realizadas - Nº de autuações efetuadas	Prefeitura Municipal
6	- Retirada das barracas na área do Labirinto (falésias)	-Nº de barracas retiradas	Prefeitura Municipal Comitê Gestor
	-Implantar fiscalização (policiamento preventivo)	- Nº de agentes alocados	Prefeitura Municipal

### TRECHO: 3.2 – PRAINHA DO CANTO VERDE

Conflitos	Ações/Medidas	Indicadores	Responsáveis
7	- Implementar ações jurídicas visando a regularização da posse	-Nº de títulos de propriedade emitidos	Prefeitura Municipal
8	- Relocação e padronização das barracas	- Nº de barracas padronizadas e instaladas no novo espaço	Prefeitura Municipal
9	- Implantar controle e fiscalização da atividade pesqueira	- Acesso aos bancos pesqueiros para todos os pescadores - Presença constante de pescado	Prefeitura Municipal Comitê Gestor Colônia de Pesca
	- Promover capacitação dirigida aos pescadores	- Nº de oficinas realizadas - Nº de pessoas capacitadas - Material produzido	Comitê Gestor Colônia de Pesca

## **11.2 SISTEMÁTICA DE COLETA DE DADOS SECUNDÁRIOS**

- Informações sobre ocupações irregulares em faixa de orla e\ou domínio da União:
  - Pesquisas cadastrais e Notificações da Gerência Regional do Patrimônio da União e Prefeitura Municipal.
  - Plantas e levantamentos topográficos da Gerência Regional do Patrimônio da União e Prefeitura Municipal.
- Informações sobre comércio informal em faixa de orla e\ou domínio da União:
  - Pesquisas cadastrais e Notificações da Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico e Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Urbanismo.
- Informações sobre impactos ambientais em faixa de orla:
  - Pesquisas cadastrais dos órgãos ambientais municipal e estadual.
  - Notificações dos órgãos ambientais municipal e estadual.
  - Plantas e levantamentos topográficos dos órgãos ambientais municipal e estadual.

## **12. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLANO**

O Plano de Intervenção deve ter o desenvolvimento de seus produtos (e os resultados por eles alcançados) acompanhado e avaliado. Assim, prevê-se a elaboração sistemática de Relatórios de Acompanhamento e Avaliação, além de apresentar-se o cronograma previsto para revisão do Plano de Intervenção.

### **12.1 RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

Os relatórios são resultantes das avaliações parciais de andamento do Plano de Intervenção, logo, devem confrontar o previsto e o executado, os problemas encontrados para a implementação do proposto e as possíveis soluções para contorná-los.

Por sua natureza, os relatórios devem ser elaborados pelos responsáveis pelas ações previstas em diferentes períodos: Relatórios de Acompanhamento terão periodicidade trimestral e os Relatórios de Avaliação, semestral – conforme o prazo previsto para conclusão das ações. Os relatórios deverão trazer informações sobre as ações em andamento segundo um roteiro que aborde:

- Especificação da ação e seu responsável:
  - nome da ação/medida;
  - relação desta com as linhas de ação do plano;
  - cronograma previsto;
  - responsável pela ação e agentes envolvidos.
- Apresentação do andamento da ações
- Síntese das análises:
  - resumo das questões abordadas com aferição do desempenho geral (bom, satisfatório ou insatisfatório).

**13. CRONOGRAMA GERAL**  
**TRECHO 2.1 – MORRO BRANCO**

<b>Conflitos</b>	<b>Ações/Medidas</b>	<b>Início</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Revisão</b>
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar sistema de monitoramento e fiscalização para garantir o cumprimento da legislação vigente;</li> <li>- Implementar campanha educativa voltada para população local</li> <li>- Implantar sistema de drenagem apropriado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- fevereiro 2005</li> <li>- setembro 2004</li> <li>- abril 2005</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- agosto 2005</li> <li>- março 2005</li> <li>- outubro 2005</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- fevereiro 2006</li> <li>- setembro 2005</li> <li>- abril 2006</li> </ul>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar fiscalização adequada para o circuito de bugue e comercialização do artesanato</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- outubro 2004</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- abril 2005</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- outubro 2005</li> </ul>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relocar e padronizar as barracas</li> <li>- Reurbanizar o Largo e a Orla considerando as propostas contida no Plano Diretor</li> <li>- Implementar campanha educativa voltada para os barraqueiros e usuários da praia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- março 2005</li> <li>- março 2005</li> <li>- setembro 2004</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- setembro 2005</li> <li>- setembro 2005</li> <li>- março 2005</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- março 2006</li> <li>- março 2006</li> <li>- setembro 2005</li> </ul>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar sinalização e fiscalização adequada</li> <li>- Implementar campanha educativa voltada para os bugueiros e turistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- setembro 2004</li> <li>- setembro 2004</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- março 2005</li> <li>março 2005</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- setembro 2005</li> <li>- setembro 2005</li> </ul>

**TRECHO: 2.2 – LABIRINTO / PRAIA DAS FONTES**

<b>Conflitos</b>	<b>Ações/Medidas</b>	<b>Início</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Revisão</b>
5	-Criar e implantar a Unidade de Conservação “Monumento das Falésias”  -Estabelecer critérios para regulamentar a lei de criação do Monumento  -Implementar fiscalização e adequação do controle urbano às especificidades da área	- setembro 2004  - setembro 2004  - setembro 2004	- março 2005  - março 2005  - março 2005	- setembro 2005  - setembro 2005  - setembro 2005
6	- Retirada das barracas na área do Labirinto ( falésias)  -Implantar fiscalização (policiamento preventivo).	-setembro 2005  - outubro 2005	- março 2006  - abril 2006	- setembro 2006  -outubro 2006

**TRECHO: 3.2 – PRAINHA DO CANTO VERDE**

<b>Conflitos</b>	<b>Ações/Medidas</b>	<b>Início</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Revisão</b>
7	-Implementar ações jurídicas visando a regularização da posse das propriedades.	- setembro 2004	- março 2005	-setembro 2005
8	-Relocação e padronização das barracas	-setembro 2005	- março 2006	- setembro 2006
9	-Implantar controle e fiscalização da atividade pesqueira  -Promover capacitação dirigida aos pescadores.	- novembro 2004  -março 2005	- maio 2005  -setembro 2005	-novembro 2005  -março 2006